

Os partidos políticos em uma ordem global em transformação: das associações internacionais aos partidos supranacionais europeus

Guilherme Thudium
Silvana Krause

Resumo

Este artigo explora o papel dos partidos políticos em uma ordem global marcada pela aceleração das relações internacionais. Considerando a complexidade do debate teórico que envolve a categorização dos partidos como atores não-estatais da política internacional, buscamos explorar o ainda incipiente debate sobre política partidária no âmbito da análise de política externa, isto é, o estudo que perpassa tomadores de decisão que agem de forma individual ou coletiva. Com base nisso, argumentamos que as associações internacionais se destacam como um mecanismo histórico de projeção internacional de políticas partidárias, desde a proliferação de grandes partidos políticos no século XIX até o surgimento de partidos supranacionais, como no caso europeu.

Abstract

This article explores the role of political parties in a global order marked by the acceleration of international relations. Considering the complexity of the theoretical debate surrounding the categorization of parties as non-state actors in international politics, we seek to explore the still in-

cient debate on party politics within foreign policy analysis, that is, the study that pervades decision-makers acting individually or collectively. On this basis, we argue that international associations stand out as a historical mechanism for the international projection of party politics, from the proliferation of large political parties in the nineteenth century to the emergence of supranational parties, as in the European case.

1. Introdução

O papel dos partidos políticos nos níveis regional e global é frequentemente negligenciado na análise de política externa. Este artigo argumenta que os partidos políticos articulam-se internacionalmente por meio de três mecanismos principais: associações internacionais; laboratórios de ideias (*think tanks*); e partidos políticos supranacionais e no exterior. Ainda que historicamente associadas à esquerda do espectro político, as associações internacionais merecem destaque pois têm proliferado também entre partidos liberais, de centro e de direita, a partir da Guerra Fria.

Os partidos políticos tais quais os conhecemos hoje emergiram em meados do século XIX, quando, pela primeira vez na história, um sistema de escala global estendeu-se sobre o planeta a partir de valores, princípios e interesses europeus. Foi durante esse período que as primeiras associações internacionais se organizaram formalmente, em meio aos impactos da transição industrial. Argumentamos que a ordem global contemporânea enfrenta processos transitórios divergentes e concomitantes, porém similares em certa medida aos do século XIX. O grau de aceleração das mudanças em curso é tão significativo que corrobora a asserção de André Martin (2019, p. 221) de “[...] que a sociedade de hoje e a de 1870 guardam mais semelhanças entre si do que a dessa década em relação à vigente vinte anos atrás”.

É diante desse contexto que os partidos políticos buscam cada vez mais influenciar as agendas da diplomacia e da política internacional, especialmente no que tange à integração e às instituições internacio-

nais. O experimento da União Europeia (UE) é notável, pois produziu o primeiro sistema partidário supranacional do mundo, com partidos políticos organizados tanto a nível regional, atuando diretamente no parlamento regional, quanto internacionalmente por meio de associações internacionais.

2. Aspectos teóricos e conceituais

As dinâmicas políticas e securitárias no plano global passaram por um processo de regionalização a partir do final do século XX e início do século XXI. Esse processo fez com que atores não estatais, como os partidos políticos, adquirissem relevância no que tange a políticas públicas internacionais:

Em termos teóricos, os atores ‘não-estatais’ apresentam um duplo desafio – por um lado, para o que é convencionalmente chamado de abordagem ‘estadocêntrica’, por outro, para uma abordagem cada vez mais defendida que vê estruturas, sejam elas estratégicas tradicionais ou econômicas recentemente aprimoradas, como o principal *locus* de poder e transformação (HALLIDAY, 2001, p. 21, tradução nossa).

Diante dessa dicotomia, as pesquisas sobre partidos políticos na esfera internacional invariavelmente buscam reagir às abordagens realistas e estruturalistas que são céticas quanto ao papel dos partidos na formulação da política externa, falhando em tão somente contribuir para um corpo necessário de pesquisas partidárias – que é o objetivo deste ensaio. Ademais, o debate sobre política partidária é relativamente recente no âmbito da análise de política externa, isto é, o estudo que perpassa tomadores de decisão que agem de forma isolada ou coletivamente. Fundamentados na ciência política, analistas do campo argumentam de forma cada vez mais convincente que as posições dos partidos políticos devem ser consideradas sistemáticas, e não incidentais (HUDSON, 2012; HOFMANN; MARTILL, 2021).

Ressalta-se, no entanto, que ainda que os partidos sejam considerados atores não estatais no plano de uma ordem global estadocêntrica, do ponto de vista da dimensão e atuação dos partidos no plano doméstico, estes são considerados atores constitucionais, regulamentados pelo Estado, que pautam a sua atuação e sobrevivência enquanto organizações que buscam tanto a administração como o financiamento estatal.

Uma definição ampla possível sobre partidos políticos pode ser encontrada em Ware (1996, p. 5, tradução nossa):

Um partido político é uma instituição que (a) busca influência em um Estado, muitas vezes tentando ocupar cargos no governo, e (b) geralmente contempla mais de um interesse na sociedade, motivo pelo qual, em algum grau, busca ‘agregar interesses’.

Os partidos políticos são também os entes responsáveis por elaborarem diretrizes políticas internacionais para os futuros tomadores de decisão, legisladores e chefes de Estado.

Como ordem global – ou ordem internacional e ordem mundial – entende-se “[...] um padrão ou disposição das atividades internacionais que sustentam os objetivos elementares, primários ou universais de uma sociedade de Estados” (BULL, 2002, p. 23). A ordem global do século XXI é marcada por três desafios principais, conforme antecipado por Andrew Hurrell (2007): articular interesses comuns entre estruturas divergentes, administrar a desigualdade – seja ela de poder bruto ou social – e mediar diferenças e conflitos de valores. Em última análise, todos esses desafios são, segundo Hurrell, políticos.

A grande transformação em curso da ordem global está relacionada tanto à redefinição de equilíbrio de poder – polaridade e polarização – como às transições tecnológica, demográfica e climática, bem como de organização social e política atreladas a ela. Os demais atores não estatais da ordem global, contudo, especialmente os regimes e arranjos internacionais formais, ainda não refletem propriamente uma realidade multipolar como aquela do século XIX.

3. Partidos: organizações em movimento

As análises sedimentadas na literatura clássica sobre as organizações partidárias e suas metamorfoses se dedicaram a pesquisas que avaliaram suas dinâmicas e desafios em um ambiente de sistemas políticos nacionais. As fronteiras dos estudos, tradicionalmente, são concentradas em compreender os contextos de atuação das organizações partidárias em democracias representativas.

A trajetória dos partidos no desenvolvimento dos sistemas políticos reflete suas capacidades de adaptação e sobrevivência. A ciência política se dedicou a compreender o fenômeno partidário com a preocupação de oferecer indicadores e dimensões de análise capazes de elaborar diagnósticos sobre: o desenvolvimento e os desafios organizacionais das legendas, suas funções de governo e oposição, a elaboração de políticas públicas e suas capacidades de fortalecer as democracias.

Muito se avançou em relação aos efeitos que as democracias de massa produziram na vida partidária, mas de que forma a ordem global impactou a capacidade de atuação dos partidos há ainda muito a ser investigado. As últimas décadas apresentaram uma velocidade de transformação nos sistemas políticos nacionais que agregaram mais dilemas do que soluções a estas organizações políticas.

Do ponto de vista organizacional, os partidos demonstraram tendências de transformações fundamentais em sua composição e características. Os clássicos partidos de massa (DUVERGER, 1979) cumpriram seu papel de integração da grande parte da população até então excluída do sistema político representativo. No período pós-Segunda Guerra, as legendas enfrentaram novos desafios com um eleitorado massificado e já integrado. A inserção política de grande parte da população e o bem-estar social nas democracias ocidentais europeias exigiram maior flexibilização das legendas em suas propostas. Questões particulares e de classes sociais não eram mais suficientes para apelar a uma mobilização do eleitorado de massas. Uma consequência fundamental disso foi a tendência de partidos desenvolverem propostas amplas, com objetivos

centrados na gestão da nação com agendas “nacionais” – partidos denominados “*catch-all*”, aptos a enfrentar o novo mercado político, com perfil flexível e menos ideologizados (KIRCHHEIMER, 1972).

As legendas “*catch all*” estabeleceram laços fluidos com o eleitorado ao não pisarem em “terra firme”, oferecendo como alternativa uma “mercadoria” estandardizada. Como consequência, as organizações partidárias nas democracias europeias maduras começaram a enfrentar perdas de filiados e militantes no final da década de 1980. A reação foi de uma impressionante nova capacidade de adaptação ao contexto de ameaças, fragilização e perdas de uma base sólida e estável com a sociedade em transformação. Os partidos procuraram segurança configurando um novo modelo de sustentação em “outro lugar”. A alternativa foi não ser mais a representação de “parte” da sociedade civil ou agente interlocutor entre sociedade civil e Estado. Os assim denominados “partidos cartéis” (MAIR, 1994) priorizaram suas atividades como agentes e administradores do Estado, tornando-se “parte” dele.

O século XXI tem apresentado um novo contexto no qual as fronteiras de atuação das organizações políticas ficaram mais nebulosas para serem demarcadas. Observou-se, até então, uma capacidade de adaptação dos partidos, mas há uma pergunta que precisa ser respondida diante de um novo desafio que extrapola o tradicional espaço de atuação Estado-nação. As organizações partidárias são, por um lado, demandadas a se posicionar em relação às agendas do clima, migratória, bem como aos conflitos regionais etc. que produzem impactos sobre várias dimensões – por exemplo, em mudanças nos seus vínculos com grupos de interesses delimitados em seu Estado-nação, com consequências em seu mercado político eleitoral. Aumentam não somente as exigências de elaboração de novas estratégias como também é fragilizada a capacidade de sua ação diante de atores globais, que não se limitam mais aos Estados nacionais.

Com a intensificação em curso dos fluxos migratórios, que agora se deslocam principalmente do Sul para o Norte global, fala-se por exemplo na emergência de partidos políticos no exterior (*political par-*

ties abroad) como atores não estatais da política internacional, à medida que populações migrantes estabelecem representações dos partidos dos seus países de origem em seus destinos finais. O voto a distância, em especial, tem contribuído para a criação de uma nova arena eleitoral para os partidos, que passam a atuar como vetores da política para além das fronteiras nacionais, expandindo a territorialidade da democracia e da cidadania (HAUTE; KERNALEGENN, 2021).

Como forma de melhor navegar essa nova conjuntura, os partidos também buscam amparo crescente na expertise de fundações de ensino e pesquisa, que atuam como vetores de promoção da política externa, seguindo a experiência pioneira alemã. No Brasil, a Lei 9.096 de 1995 autorizou a criação de fundações ou institutos destinados ao estudo e à pesquisa em políticas públicas tanto para o nível doméstico como internacional. Destacam-se, nesse sentido, a Fundação Ulysses Guimarães, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); a Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores (PT); o Instituto Teotônio Vilela, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); a Fundação Milton Campos, do Progressistas (PP); a Fundação Leonel Brizola/Alberto Pasqualini, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), a Fundação João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outras.

4. Trajetórias supranacionais dos campos partidários

Anterior ao fenômeno dos partidos no exterior (*political parties abroad*) e à proliferação dos *think tanks* partidários, as associações internacionais constituem a forma mais antiga de articulação supranacional dos partidos políticos. Tanto o internacionalismo quanto o método de associação partidária supranacional estão associados a processos políticos que emergem a partir das revoluções liberais que eclodiram em meados do século XIX. A Primavera dos Povos, como as revoluções ficaram conhecidas, expandiu o domínio do liberalismo social sobre o pensamento político e econômico em diversos países europeus, especialmente na Inglaterra, potência hegemônica do período.

É nesse contexto que a Primeira Internacional foi fundada por Edward Beesly, George Odger e Henri Tolain, em 1864, na cidade de Londres. Na esteira das revoluções europeias de 1848, tinha como pano de fundo os impactos da Revolução Industrial sobre a classe operária. Ademais, ficou permanentemente associada aos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, que atuaram como conselheiros. A Primeira Internacional interferiu ativamente no debate geopolítico do “século da paz” – que também foi marcado pela guerra. Nos Estados Unidos, a Internacional apoiou a União, que se opunha à Confederação na Guerra de Secessão; na Irlanda, se solidarizou com o movimento antitibritânico feriano; e na Europa, prestou apoio à Comuna de Paris em meio à Guerra Franco-Prussiana, que resultou na unificação do Império Alemão (KATZ, 1992).

Paradoxalmente, a história das associações internacionais socialistas foi marcada por rompimentos e fragmentação – partidos políticos do mesmo lado no espectro ideológico, organizados internacionalmente, que não conseguiram trabalhar em conjunto. Após uma cisão em 1872, a sede da Primeira Internacional foi transferida para Nova Iorque, onde permaneceu até a sua dissolução, em 1876. Entre 1889 e 1890, Engels buscou resgatar o seu legado com a criação da Segunda Internacional, em Paris – que teve como um de seus membros o revolucionário bolchevique Vladimir Lênin, o principal arquiteto da Revolução Russa de 1917. A Terceira Internacional seria fundada por ele em 1919, centrada na experiência soviética. Foi dissolvida em 1943 por Josef Stálin, em meio à Segunda Guerra Mundial, como um aceno aos Aliados por maior cooperação. Paralelamente, a Quarta Internacional foi criada por Leon Trotsky, em 1938, novamente a partir de uma ruptura entre trotskistas e stalinistas.

Diversas Internacionais de esquerda, das mais variadas vertentes, surgiram desde então. A atual Internacional Socialista, formada por meio da Declaração de Frankfurt de 1951 e sediada em Londres, compreende mais de 100 países e 132 partidos e organizações – 20 dos quais em situação de governo e outros oito compondo coalizões governistas. Seu primeiro presidente foi Morgan Phillips, político filiado ao Partido

Trabalhista do Reino Unido. Entre 1976 e 1992, foi presidida por Willy Brandt, ex-chanceler da Alemanha Ocidental e líder do Partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschland* – SPD) de 1964 a 1987.

No mesmo período, em 1961, foi fundada no Chile a Internacional Democrata Centrista dos partidos democratas-cristãos de centro-direita. Juntamente com a Internacional Liberal, criada a partir do Manifesto de Oxford (1947), ambas constituíram as primeiras alternativas ao modelo de internacionalismo partidário socialista até então predominante. A Internacional Democrata Centrista é composta pela União Democrata-Cristã (*Christlich-Demokratische Union Deutschlands* – CDU), na Alemanha, e pelo PSDB, no Brasil. Atualmente, possui 80 partidos-membros em 65 países, dos quais 18 estão em situação de governo e outros 11 compõem coalizões no poder. É o caso do Partido Justicialista, fundado por Juan Domingo Perón e atualmente liderado por Alberto Fernández, na Argentina; do partido Renovação Nacional de Sebastián Piñera, no Chile; do partido Centro Democrático de Álvaro Uribe, na Colômbia; e, inusitadamente, é também composta pelo Fidesz, partido de extrema-direita húngaro presidido por Viktor Orbán – evidenciando a ampla margem ideológica de partidos absorvidos, um desafio a mais para uma historicamente difícil tarefa de cooperação.

A CDU, juntamente com a União Social-Cristã (CSU) na Baviera, é também uma das idealizadoras da União Democrática Internacional, criada em 1983 após uma cúpula entre George H. W. Bush, Helmut Kohl, Jacques Chirac e Margareth Thatcher na Noruega. A união conta hoje com 84 partidos, também de 65 diferentes países – entre eles, o Partido Republicano dos Estados Unidos. Estão em situação de governo 13 dos 84 partidos e outros 15 compõem coalizões governistas, como é o caso da União Brasil, hoje o maior partido político brasileiro – resultado da fusão do Partido Social Liberal (PSL) e do Democratas (DEM) – e que ainda não possui uma fundação de ensino e pesquisa própria.

Já a Internacional Liberal é composta pelo Partido Democrático Liberal (*Freie Demokratische Partei* – FDP), na Alemanha, e tem o Partido

Novo como membro observador no Brasil. Possui 90 países-membros e 11 em situação de governo ou coalizão, como é o caso do Partido Liberal de Justin Trudeau no Canadá, hoje uma das figuras políticas de maior protagonismo em organizações internacionais informais como o G7 e o G20. O Manifesto de Oxford, que fundamentou a instituição, estabeleceu as diretrizes intelectuais partidárias que passaram a advogar pela diminuição do papel dos governos nos assuntos econômicos, que ganharam fôlego após o colapso do sistema de Bretton Woods, na década de 1970.

No contexto de uma “ordem internacional liberal” que surge na década de 1940 a partir do internacionalismo liberal e adquire *momentum* com o fim da Guerra Fria e da realidade bipolar, quando o movimento atingiu o seu ápice, emergem novas associações análogas. São os casos da Aliança Internacional de Partidos Libertários, fundada em 2014 na convenção anual do Partido Libertário norte-americano e sediada na Suíça, atualmente composta por partidos de 21 países diferentes; e da extinta Aliança dos Democratas, que operou de 2005 a 2012 em Bruxelas.

A Aliança dos Democratas foi criada a partir de uma articulação do Partido Democrata dos Estados Unidos com o Partido Democrático Europeu, agrupamento partidário supranacional da UE, e o Conselho de Liberais e Democratas Asiáticos, organização política regional sediada em Taiwan. Um exame atento da Aliança dos Democratas aponta para duas inferências importantes: que os grupos partidários supranacionais europeus também buscam envolvimento e influência por meio de associações internacionais; e que o mesmo fenômeno está sendo replicado em outras regiões, como é o caso, para agregar outro exemplo, da assembleia interparlamentar da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Por fim, a Internacional Socialista vigente – que não deve ser considerada como uma herdeira *de facto* das Internacionais do século XIX – rejeitou os princípios marxistas, trotskistas e a cooperação com partidos e uniões de orientação comunista. De 1999 a 2005, António Guterres,

hoje Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), exerceu a presidência da associação – fato que, por si só, alude e reforça a influência adquirida pelas associações partidárias sobre as instituições de governança global. O presidente em exercício desde 2006 é George Papandreou, ex-primeiro-ministro da Grécia. Apesar de ter prosperado de forma contínua por mais tempo que as associações internacionais do século XIX, a propensão à fissura e a dificuldade de cooperação se mantêm: sob a liderança do SPD, que se retirou da Internacional Socialista em 2012, foi fundada a Aliança Progressista em 2013, com sede em Berlim. No Brasil, a Aliança Progressista foi acompanhada pelo PT e pelo PSB. O único partido nacional ainda vinculado à Internacional Socialista é o PDT.

5. Política externa partidária e o caso da UE

No que tange à análise de política externa, muitos são os exemplos da influência partidária sobre os rumos da diplomacia. Durante a Guerra Fria, os social-democratas alemães liderados por Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista, foram os responsáveis por uma política externa de distensão das relações diplomáticas da Alemanha Ocidental com os países do leste da Europa e com a União Soviética – a *Ostpolitik*, que se opunha à *Westbindung*, apoiada pelos cristão-democratas. Stephanie Hofmann e Benjamin Martill (2021, p. 305) elencam outras variáveis convincentes na sua pesquisa sobre partidos políticos e análise de política externa.

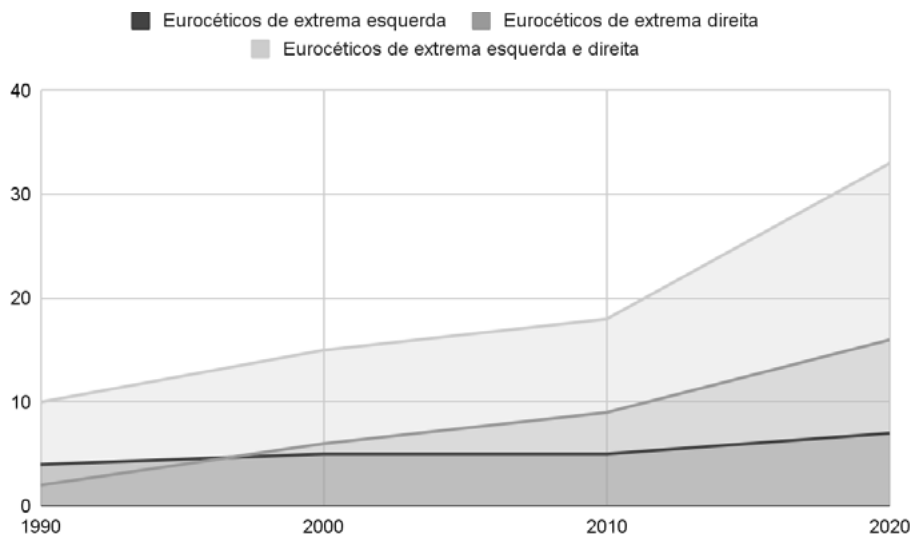
Por exemplo, a vitória do Partido Conservador do Reino Unido, em 2019, se mostrou fundamental para a conclusão do Brexit, o processo de saída britânica da UE. Do outro lado do Atlântico, o Partido Republicano dos Estados Unidos sob Donald Trump conduziu uma política externa disruptiva em relação às organizações e regimes internacionais, ao passo que a administração de Joe Biden tem buscado reforçar o comprometimento norte-americano com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Acordo de Paris. Em Taiwan, os partidos se

dividiram na questão da independência da ilha em relação à China. No Grande Oriente Médio, os partidos islâmicos, muitos deles organizados por meio de associações internacionais partidárias pan-islamistas como Al-Ikhw n e a Hizb ut-Tahrir, transformaram o cenário político desde a Primavera Árabe, levando a uma série de reorientações na política externa. E, “[...] na América Latina, diferentes projetos organizacionais – como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) ou o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUR) – surgiram como resultado de diferentes partidos políticos no poder” (HOFMANN; MARTILL, 2021, p. 305).

Ao mesmo tempo, observa-se também um aumento nas pautas partidárias que envolvem os temas das instituições e da governança global. Esse fenômeno foi descrito por Ecker-Ehrhardt como “[...] a politização da governança internacional, ou seja, um processo em que as políticas e procedimentos das instituições se tornam proeminentes e controversos no nível da política doméstica”. Para o autor, “a contestação da autoridade internacional no âmbito da política eleitoral parece ser substancialmente moldada pelo nacionalismo exclusivo, mas não por preocupações democráticas” (ECKER-EHRHARDT, 2014, p. 1275-1278). Como consequência, cria desafios para a governança global e enfraquece os processos de integração, contribuindo para uma tendência à desglobalização.

A UE oferece um dos exemplos mais claros sobre a inter-relação da crescente influência dos partidos sobre a política regional e internacional e o fenômeno de contestação das instituições supranacionais de governança. Foi a partir da década de 1970, “[...] quando foi acordada a introdução de eleições diretas para o Parlamento Europeu, [que] os partidos políticos da Europa Ocidental passaram a fazer parte de federações partidárias transnacionais, que em 1992 se transformaram em partidos transnacionais” (SMITH, 2001, p. 61). Tal sistema, contudo, está sob ameaça à medida que forças eurocéticas buscam retroceder as diretrizes políticas regionais, superando o nível doméstico e se projetando regional e globalmente.

GRÁFICO 1. Porcentagem de votos dos partidos eurocéticos de extrema-esquerda e extrema-direita no Parlamento Europeu (1990-2019)



Fonte: Elaboração própria, com base em Rooduijn *et al.* (2022).

Nas duas últimas décadas, o apoio a partidos e grupos supranacionais eurocéticos dobrou no âmbito da UE (Gráfico 1), e em 2014 o grupo eurocético Reformistas e Conservadores Europeus, presidido por Giorgia Meloni, eleita primeira-ministra da Itália pelo partido de extrema-direita Irmãos da Itália em 2022, tornou-se o terceiro maior partido político supranacional da UE. O atual Parlamento Europeu, eleito em 2019, possui outros seis grupos políticos diferentes: o Grupo do Partido Popular Europeu, a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas, o Grupo Renovar Europa, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, o Grupo Identidade e Democracia e o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde.

Os partidos supranacionais que atuam junto ao Parlamento Europeu refletem, em grande medida, as dinâmicas nacionais de disputa entre forças eurocéticas e integracionistas. As pesquisas especializadas favorecem o entendimento de uma reação à integração, chefiada

pela ascensão de movimentos populistas nos partidos de extrema-direita e extrema-esquerda europeu. No entanto, é forçoso reconhecer que os projetos eurocéticos no Parlamento Europeu não são uníssonos e nem prerrogativas dos extremos, com diferentes estratégias em disputa. Conforme argumenta Nathalie Brack (2015), a presença desse ambiente de rivalidade e disputa política pode ser um trunfo para a manutenção da integração e da legitimidade da UE.

Considerações finais

Por mais de cem anos, entre os séculos XIX e XX, os partidos políticos estiveram confinados quase que unicamente às dinâmicas internas do Estado-nação – à exceção do fenômeno das associações internacionais, a mais antiga forma de atuação partidária supranacional. Com o advento da globalização, os processos de integração transformaram as linhas divisórias da política interna e externa, transferindo competências para o nível regional. O experimento pioneiro do Parlamento Europeu, bem como o estabelecimento de assembleias e fóruns supranacionais em organizações regionais na Ásia e na África, corroboram essa afirmativa.

Os partidos políticos influem ativamente na condução da política externa não só em países de partido único mas também nos países com sistemas democráticos multipartidários. Simultaneamente, ao aderirem a pautas supranacionais e processos de institucionalização e organização regional, estes superam a atuação puramente doméstica, fomentando novas tensões de ordem global. A cooperação partidária regional e internacional, todavia, é historicamente marcada por conflitos e projetos em disputa, seja no marco das associações internacionais, seja nos partidos e agrupamentos supranacionais do Parlamento Europeu.

As associações internacionais partidárias modernas de esquerda, centro e direita – inclusive as libertárias – compartilham entre si a predileção pela conscientização de temas como democracia, direitos humanos e ambientalismo. Já as articulações supranacionais dos partidos de

extrema-direita e extrema-esquerda têm em comum a contestação das instituições de governança global. O paradoxo do caso europeu mostra que muitas vezes os partidos eurocéticos abandonam o isolacionismo para se articularem em grupos supranacionais que irão questionar a própria integração e as instituições de governança global nos níveis regional e internacional, para então retornar a uma posição isolacionista.

Longe de esgotar o tópico, o artigo buscou estimular novas e necessárias agendas de pesquisa sobre a atuação internacional dos partidos políticos – ainda marcadas por uma lacuna bibliográfica, especialmente em língua portuguesa. Em uma ordem global pautada pela transformação, elas se mostram essenciais para a construção de qualquer modelo abrangente de análise de política externa.

Referências

BRACK, Nathalie. The roles of Eurosceptic Members of the European Parliament and their implications for the EU. **International Political Science Review**, v. 36, n. 3, p. 337-350, 2015.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem política mundial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ECKER-EHRHARDT, Matthias. Why parties politicise international institutions: on globalisation backlash and authority contestation. **Review of International Political Economy**, v. 21, n. 6, p. 1275-1312, 2014.

HALLIDAY, Fred. The romance of non-state actors. *In*: JOSSELIN, Daphné; WALLACE, William (Eds.). **Non-state actors in world politics**. London: Palgrave, 2001, p. 21-39.

HAUTE, Emilie van; KERNALEGENN, Tudi. Political parties abroad as actors of transnational politics. **Comparative Migration Studies**, v. 9, n. 27, p. 1-16, 2021.

HOFMANN, Stephanie C.; MARTILL, Benjamin. The party scene: new directions for political party research in foreign policy analysis. **International Affairs**, v. 97, n. 2, p. 305-322, 2021.

HUDSON, Valerie M. The history and evolution of foreign policy analysis. *In*: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (Eds.). **Foreign policy: theories, actors, cases**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 419-440.

HURRELL, Andrew. **On global order**: power, values, and the constitution of international society. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the western European party systems. *In*: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (Eds.). **Political parties and political development**. Princeton: Princeton University Press, 1972, p. 177-200.

KATZ, Henryk. **The emancipation of labor**: a history of the First International. Westport: Greenwood Press, 1992.

MAIR, Peter. Party organizations: from civil society to the state. *In*: KATZ, Richard S.; MAIR, Peter (Eds.). **How parties organize**: change and adaptation in party organizations in western democracies. London: Sage, 1994, p. 1-22.

MARTIN, André. Guerra de Secessão. *In*: MAGNOLI, D. **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 219-252.

ROODUIJN, Matthijs *et al.* **The PopuList**. Disponível em: <https://popu-list.org/>. Acesso em: 10 out. 2022.

SMITH, Julie. Political parties in a global age. *In*: JOSSELIN, Daphné; WALLACE, William (Eds.). **Non-state actors in world politics**. London: Palgrave, 2001, p. 59-75.

WARE, Alan. **Political parties and party systems**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Guilherme Thudium é doutor em Estudos Estratégicos Internacionais e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É pesquisador associado do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV) e ex-presidente do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).

Silvana Krause é doutora em Ciência Política pela Katholische Universität Eichstätt, na Alemanha, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É professora associada do Departamento de Ciência Política da UFRGS e ex-bolsista da Fundação Konrad Adenauer.